

A culpa foi do petróleo ou do dinheiro fácil?

A internacionalização das estatais estimulou constantemente, e até forçou, a modernização tecnológica, tornando a indústria mais competitiva. O Estado forneceu subsídios e bônus a vários setores. O acúmulo de capital pelas estatais foi freqüentemente iniciado por uma contribuição de fundos públicos e, posteriormente, aumentado por empréstimos junto a fontes estrangeiras. Para incentivar o crescimento das indústrias e financiar novos projetos, as empresas públicas brasileiras tornaram-se clientes regulares (e freqüentemente os mais procurados) do Euromercado em fins dos anos 60. No início da década de 70, esse mercado foi inundado pelos petrodólares, já que os países da Opep eram pequenos demais e insuficientemente sofisticados para consumir à altura dos seus superávits comerciais (um trilhão de dólares entre 1973 e 1983).

Os banqueiros favoritos dos árabes eram e continuam sendo os norte-americanos, os da Europa Ocidental e os japoneses; ironicamente, seus maiores clientes são justamente as sociedades que menos necessitam de capital estrangeiro. Para expandir, principalmente os banqueiros norte-americanos tinham de encontrar um modo de evitar as regulamentações governamentais, como a Interest Equalization Tax, de John F. Kennedy, que tornava o levantamento de empréstimos junto a bancos baseados nos Estados Unidos mais dispendioso e burocraticamente complicado. Isso, de fato, ajudou a expandir o Euromercado. O financiamento da Guerra do Vietnã por Lyndon Johnson e o cancelamento por Richard Nixon da convertibilidade do dólar em ouro também fortaleceram o Euromercado. Em meados dos anos 70, a concorrência entre os bancos internacionais tinha se tornado tão intensa que os banqueiros estavam caçando clientes do Terceiro Mundo para emprestar-lhes dinheiro. E existia uma fila interminável de países do Terceiro Mundo dispostos a aceitar os empréstimos, primeiro a taxas fixas de juros e depois a taxas flutuantes.

A questão da dívida foi explicada durante tempo demais por uma única variável: as importações de petróleo. Embora isto não estivesse de todo desvinculado da dívida externa, os banqueiros e funcionários dos governos dos países devedores e credores não anteciparam que um colapso do sistema financeiro internacional pudesse realmente ocorrer. Enquanto o preço do petróleo continuasse estável, a economia capitalista mundial funcionaria normalmente e os devedores dos países menos desenvolvidos poderiam continuar saldando os serviços referentes a suas obrigações. A reciclagem dos petrodólares permitiria aos bancos comerciais dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, fornecer mais empréstimos aos países menos desenvolvidos e lucrar neste processo. Esse padrão circular não seria rompido, se o preço do petróleo pudesse ser mantido sob controle e o Terceiro Mundo pudesse continuar financiando suas importações de petróleo, além de investir em projetos de crescimento. O relatório anual de 1981 do Conselho Monetário Nacional do Brasil não revelou qualquer indicação da crise que estava para acontecer no mercado financeiro internacional. Poucos previram o colapso. O preço do petróleo não apenas se estabilizou, como também começou a diminuir.

Uma análise como essa, bonita porém simplista, levou importantes credores norte-americanos e europeus a aumentar muito seu exposure em países produtores de petróleo como México e Venezuela, convencendo-se de que seria impossível que essas petroeconomias se tornassem insolventes. De fato, três dos quatro grandes devedores latino-americanos são ou exportadores de petróleo (México e Venezuela) ou auto-suficientes (Argentina); o Brasil tem uma auto-suficiência de 50%. Mas os quatro países são "economias estatizadas", e todos eles investiram muito em projetos de desenvolvimento industrial e em dispendiosos programas sociais.